

## INDIVIDUALISMO, BEHAVIORISMO E HISTÓRIA

EMMANUEL ZAGURY TOURINHO<sup>(1)</sup>

*Universidade Federal do Pará*

O assunto "Behaviorismo e Sociedade" permite considerações bastante diferenciadas, tanto do ponto de vista dos problemas a serem enfocados, como do ponto de vista da maneira de abordá-los. O tema que pretendo tratar é o do individualismo, e o que apresentarei constitui-se, menos no resultado de uma pesquisa encerrada e, mais, numa proposta de investigação inspirada em trabalhos realizados por psicólogos (Andery, 1990; Figueiredo, 1992) e outros profissionais das chamadas ciências humanas e sociais (Duby, 1990; Elias, 1990; Sennett, 1989).

De um modo geral, procurarei apenas assinalar alguns pontos relevantes com respeito à possibilidade de interpretação da questão do individualismo, a partir de um referencial skinneriano. Por outro lado, esta é uma análise que tem, como pano de fundo, a intenção de colocar em discussão o quanto o Behaviorismo Radical instrumentaliza para uma reflexão sobre a cultura. Neste sentido, o tema do individualismo tem, aqui, a função de ilustrar o alcance de algumas idéias de Skinner sobre a concepção de homem predominante na cultura ocidental moderna.

### *I - O Individualismo e o Exemplo da Epistemologia*

O conceito de "individualismo", em termos gerais, e sem enveredar pelas controvérsias a ele relacionadas, remete a um conjunto de idéias e valores que colocam o indivíduo particular no centro das atenções e tendem a atribuir a este indivíduo a possibilidade de realização pessoal, de forma independente daqueles que os circundam (Cf. Dumont, 1985). Esta concepção pode ser ilustrada recorrendo-se à reflexão epistemológica, na qual ela se manifesta, a partir do século XVII, na forma de uma ênfase em condições individuais como as responsáveis pela possibilidade de se vir a conhecer a realidade. Exemplo disso é a filosofia de Descartes, segundo a qual um indivíduo por si só, e com pleno uso de seu pensamento racional, pode chegar ao conhecimento verdadeiro. De acordo com esta posição, conhecer é algo relativo a uma faculdade (a razão)

<sup>(1)</sup> Departamento de Psicologia Social e Escolar. Bolsista CAPES/PICD.

exercitada por indivíduos particulares. Daí a esperança cartesiana de reconstruir, sozinho, o edifício da filosofia. A confiança na auto-suficiência da razão de cada sujeito singular expressa-se com nitidez, por exemplo, quando Descartes afirma, no *Discurso do Método*:

... é quase impossível que nossos juízos sejam tão puros ou tão sólidos como seriam, se tivéssemos o uso inteiro de nossa razão desde o nascimento e se não tivéssemos sido guiados senão por ela (Descartes, 1637/1987).

Isto é, a condição ideal de garantia do conhecimento verdadeiro seria aquela em que os juízos tivessem sido constituídos, desde o nascimento, exclusivamente a partir da própria razão, sem nenhuma interferência dos "apetites" ou das opiniões alheias, o que, para o próprio Descartes, é impossível, já que o pleno uso da razão só é alcançado com a maturidade.

A posição cartesiana, em muitos aspectos, há havia sido antecipada pela filosofia platônica, na antiguidade. Todavia, é apenas na modernidade que a ênfase no que ocorre com o *indivíduo particular que pretende conhecer* assume uma centralidade na reflexão de ordem epistemológica. E assume esta centralidade, entre outros, porque consolida o que já foi denominado pelo conceito de *homo philosophicus* (Elias, 1990), isto é, uma "... imagem do indivíduo como ser inteiramente livre, independente, uma 'personalidade fechada' que é 'por dentro' inteiramente auto-suficiente..." (Elias, 1990, p. 237). Por outro lado, mesmo quando a filosofia deixa de acreditar na intuição pura cartesiana, ela preserva a suposição de que eventos interiores de cada indivíduo é que são os responsáveis por seu conhecimento.

No caso dos empiristas (Locke, Berkeley e Hume), isso ocorre na forma da proposição de que as sensações ou impressões de cada indivíduo é que dão origem a suas idéias e juízos sobre o mundo. E, de maneira diversa, no caso da filosofia kantiana, com a idéia de que todo conhecimento possível, embora pertencendo ao campo da experiência, é determinado por condições (subjetivas) aprioristicamente existentes no sujeito que conhece. Dessa forma, tanto em Descartes, como nos empiristas, como em Kant, o problema do conhecimento é examinado como algo que diz respeito, não ao intercâmbio entre os homens, mas ao que é vivenciado por cada indivíduo particular.

A reflexão sobre a natureza do conhecimento parece constituir-se apenas em *um exemplo* da incidência do individualismo no pensamento ocidental moderno. Simultaneamente à emergência do que se expressa pelo conceito de *homo philosophicus*, algo que poderia ser denominado pelo conceito de *homo economicus* também se desenvolve no contexto do pensamento econômico

liberal. De fato, a valorização do indivíduo singular se estende a diversos domínios da cultura que se instaura após o período Renascentista. Esta valorização parece permear, ainda na atualidade, um vasto conjunto de práticas sociais, sem que necessariamente se atente para suas manifestações ou se compreendam suas raízes históricas. Deste ponto de vista, uma reflexão sobre o individualismo pode se constituir numa via para discutir-se criticamente a sociedade contemporânea (Cf. Dumont, 1985).

As concepções epistemológicas citadas acima permitem desvelar um aspecto importante das doutrinas individualistas: a relação entre individualismo e liberdade. O individualismo implica (além da noção de liberdade), também, a noção de igualdade (Dumont, 1985), a qual não estará sendo enfatizada em função dos limites deste trabalho. Segundo Dumont (1985), a relação entre individualismo e liberdade propicia uma leitura particular das teorias socialistas. Estas, do ponto de vista de Dumont, preservam um aspecto essencial das doutrinas claramente individualistas, a noção de "igualdade", mas enquanto atributo da justiça social (e não do indivíduo particular), além disso, esta noção de igualdade aparece associada a uma restrição da liberdade pessoal, com a negação da propriedade privada. Observa-se, neste caso, um elemento da doutrina individual, mas associado a um componente que aponta para uma direção oposta à do próprio individualismo (Dumont, 1985, pp. 91-92).

Esta relação indica que o interesse em indivíduos particulares está intimamente associado (entre outros), com a idéia de que estes indivíduos podem realizar-se, nos diferentes domínios de suas vidas, por si sós, de forma independente de seus pares. Em outras palavras, é somente na medida em que se pressupõe a liberdade individual que se justifica pensar uma realização (por exemplo, chegar a um conhecimento) como algo fundamentalmente dependente do indivíduo singular. Se assumirmos esta relação como válida, então poderemos supor que uma análise crítica da noção de liberdade pessoal representa, dentro de certos limites, uma análise crítica do próprio individualismo. Assim, no contexto da relação entre individualismo e liberdade é possível destacar algumas contribuições significativas do pensamento skinneriano com respeito a dois problemas: de um lado, a própria concepção de homem contida nos discursos individualistas; de outro, a função desempenhada por estes discursos e seu alcance.

## *II - As Contribuições de Skinner*

Skinner (1953) claramente identifica uma concepção de homem própria da cultura ocidental e marcada por valores individualistas. Além disso, é capaz de apontar diversas instâncias de manifestação desses valores; por exemplo, ao falar das filosofias sobre as funções do Estado, das doutrinas religiosas e das abordagens psicoterápicas. Afirma ele:

*O pensamento ocidental tem enfatizado a importância e a dignidade do indivíduo. As filosofias democráticas de governo, baseadas nos "direitos do homem" têm afirmado que todos os indivíduos são iguais perante a lei, e que o bem-estar do indivíduo é o objetivo do governo. Em filosofias de religião similares, a piedade e a salvação foram deixadas para [serem alcançadas pelo] próprio indivíduo, e não mais por uma agência religiosa. (...) Muitas escolas de psicoterapia têm aceitado a filosofia de que o homem é o mestre de seu próprio destino (Skinner, 1953, pp. 446-447).*

Esta é exatamente a concepção de homem da qual uma ciência do comportamento precisará ser crítica para que possa viabilizar a si mesma. Este antagonismo é colocado por Skinner (1953) nos seguintes termos:

*O uso de conceitos como liberdade individual, iniciativa e responsabilidade tem sido ... bem reforçado. Quando nos voltamos para o que a ciência tem a oferecer, entretanto, não encontramos sustentação muito confortadora para o tradicional ponto de vista ocidental. A hipótese de que o homem não é livre é essencial para a aplicação do método científico ao estudo do comportamento humano (Skinner, 1953, p. 447).*

A ciência de que fala Skinner é caracterizada pela busca de relações ordenadas entre eventos ambientais e o comportamento dos organismos, inclusive humanos. Para que esta ciência seja possível, é necessário supor (e demonstrar) que o comportamento humano é determinado (ou selecionado) pelo ambiente, seja ele físico ou social. Ora, a afirmação desta ciência representa, então, a própria negação de validade à noção de liberdade pessoal. Neste sentido, se levarmos em conta os avanços alcançados pela Análise Experimental do Comportamento, que deixam pouca ou nenhuma margem de argumentação contra a idéia de determinação do comportamento humano, reconheceremos uma contribuição empírica para a crítica às doutrinas individualistas. A convicção daquela determinação, a propósito, já é partilhada mesmo por cientistas de outras áreas (Elias, 1990), empenhados em discutir criticamente a noção de liberdade pessoal.

Passando ao problema da função dos discursos individualistas, encontramos uma contribuição significativa na análise de Skinner sobre a chamada "literatura da liberdade". Skinner fala deste tipo de literatura referindo-se a obras que discutem criticamente o controle do comportamento humano (Skinner, 1971, p. 30). Estas obras, ora remetem à idéia de ausência de

qualquer determinação do comportamento, ora associam a noção de liberdade à ausência de controle aversivo (ou de "restrição" ou "coerção").

Tendo afirmado a determinação do comportamento humano, Skinner detém-se na análise da noção de liberdade enquanto ausência de "restrição". Neste terreno, segundo Skinner, a literatura da liberdade tem concentrado suas críticas no controle aversivo do comportamento humano. Embora reconhecendo que esta crítica produziu resultados significativos (por exemplo, identificando fontes de controle aversivo), Skinner (1971) aponta alguns aspectos problemáticos desta literatura. Por um lado, a liberdade é colocada em termos de estados mentais ou de sentimentos, o que dificulta a compreensão da natureza das relações envolvidas no próprio controle aversivo. Por outro, a ênfase nos sentimentos desloca a atenção de outras relações de controle, como o reforçamento positivo, que não apresentam as propriedades do controle aversivo, e levam a indivíduos a "sentirem-se livres", quando estão, na verdade, sendo controlados.

Com respeito a este segundo ponto, Skinner enfatiza que o reforçamento positivo se diferencia do controle aversivo pelo fato de que o último produz esquiva ou fuga, o que não ocorre no caso do primeiro. Nas situações em que o reforçamento positivo está presente, emerge, então, o chamado "sentimento de liberdade" (uma espécie de "conforto interior"), mas a ênfase neste "sentimento" tende a obscurecer o mais importante a ser observado: o tipo de controle produzido. Sobre este problema, afirma Skinner:

*O fato importante não é que nos sentimos livres quando somos reforçados positivamente, mas que nós não tendemos a fugir ou contra-atacar. Sentir-se livre é um importante indicador de um tipo de controle que se distingue pelo fato de que não produz contra-controle (Skinner, 1974, p. 197).*

A ênfase no "sentimento de liberdade" falha em perceber aspectos da maior relevância no controle do comportamento humano. A ausência de uma tendência a fuga ou contra-controle é, mais do que o sentimento a ela associado, a característica a ser enfatizada do reforçamento positivo. Isso porque, para Skinner, consequências aversivas retardadas podem estar envolvidas no controle por reforçamento positivo, sem que sejam claramente notadas ou enfatizadas, em virtude de sua distância temporal do comportamento em questão. Dentre os diversos exemplos enumerados por Skinner a este respeito, podemos destacar dois: no primeiro, a prática governamental de, em vez de criar novos impostos, instituir novas loterias. O resultado, segundo Skinner, "... é o mesmo: os cidadãos dão dinheiro ao governo, mas sentem-se livres e não protestam no segundo caso.

Todavia, estão sendo controlados, tão poderosamente quanto [seriam] pela ameaça de punição..." (Skinner, 1974, p. 198).

O segundo exemplo, é o da participação "voluntária" de prisioneiros em experiências com novas drogas, em troca de melhores condições de vida carcerária ou de redução de sentenças. Sobre este exemplo, Skinner assinala que "todo mundo protestaria se os prisioneiros fossem forçados a participar" (1971, p. 39). Como não são forçados, supõe-se haver uma livre escolha, mas indaga: "... estão eles realmente livres quando [são] reforçados positivamente...?" (1971, pp. 39).

Em outras palavras, a literatura da liberdade se satisfaz com relações de controle que, por seu refinamento, produzem conseqüências aversivas sem que os indivíduos a ela submetidos se dêem conta disso. Nas palavras de Skinner:

*A literatura da liberdade foi planejada para tornar os homens "conscientes" do controle aversivo, mas na sua escolha de métodos ela fracassou em salvar o escravo feliz (1971, p. 40).*

### III - A Questão Histórica

No início deste texto, afirmei que o tema "individualismo" seria abordado com a função de ilustrar as idéias de Skinner sobre a concepção de homem predominante em nossa cultura. A partir da noção de liberdade pessoal, duas contribuições básicas foram apontadas: uma relativa à demonstração do caráter determinado do comportamento humano; outra relativa às limitações da "literatura da liberdade". Duas questões podem, agora, ser levantadas: primeiro, o fato de que as contribuições da psicologia comportamental de Skinner não foram suficientes para que a noção de homem como ser livre deixasse de prevalecer; segundo, o fato de que o aparecimento da própria Psicologia como campo de reflexão ou investigação está associado ao surgimento e consolidação daquela visão de homem da qual uma ciência do comportamento pretende ser crítica.

A persistência da concepção de liberdade pessoal contemporaneamente indica, a princípio, que não se trata de uma noção baseada na ignorância acerca do controle do comportamento humano. Ou, de outra forma, que sua superação depende de algo mais do que comprovações do caráter determinado do comportamento humano, que uma ciência do comportamento possa vir a produzir<sup>(2)</sup>. Por outro lado, como o aparecimento da Psicologia está associado à

<sup>(2)</sup> Problema semelhante pode ser apontado com respeito à questão da privacidade. O behaviorismo radical pode argumentar pela impossibilidade do conhecimento preciso do que é privado, mas o interesse em conhecer a si mesmo continuará existindo.

emergência dos valores contidos naquela concepção, não é no estágio de desenvolvimento da Análise Experimental do Comportamento que se devem buscar respostas para o fato desta abordagem não ter se convertido em *A Psicologia*. Skinner de certa forma percebe isso; por exemplo, ao apontar a "Psicologia Humanista", a "Psicoterapia" e a "Psicologia Cognitiva" como obstáculos à definição da Psicologia como ciência do comportamento (Skinner, 1987). O que gostaria de sugerir, entretanto, é que aspectos relevantes destes problemas podem ser vislumbrados ultrapassando-se os limites do aparato conceitual skinneriano, em direção a uma análise histórica.

Voltando às doutrinas individualistas, uma compreensão histórica da construção da imagem de homem por elas veiculada, parece-me necessária, não para que se conheçam fatos e datas, mas para que se tornem inteligíveis os problemas apontados acima, e para que a própria Psicologia possa contribuir para uma análise crítica da sociedade contemporânea. Esta afirmação não é, em nenhum sentido, inédita, e o tipo de estudo a que ela remete já vem sendo desenvolvido com bastante eficácia (Cf. Figueiredo, 1992). É possível ilustrar a proposta de estudo histórico, ainda que de forma bastante breve e precária, citando trabalhos que apontam as relações entre liberalismo e individualismo (por exemplo, o próprio Figueiredo, 1992 e Hunt, 1982). Nestes trabalhos, observa-se como as doutrinas individualistas se consolidam associadas a certas concepções políticas e econômicas das quais terão, em certa medida, a função de serem legitimadoras (uma função, diga-se, não citada por Skinner). Talvez seja neste sentido que Dumont fala do individualismo como "a configuração ideológica moderna" (1985, p. 21).

Ora, se o discurso individualista tem, em alguma medida, a função de legitimar uma dada ordem econômica e política, ele não "fracassa em salvar o escravo feliz" como pensa Skinner (1971, p. 40). Ele, mais propriamente, "tem sucesso" em produzir escravos felizes. Talvez a produção da tolerância ou conformismo com respeito a certas instâncias de controle seja exatamente a função para a qual estes discursos foram elaborados. É claro que um problema deste tipo requer uma análise muito mais cuidadosa. Em todo caso, o que os estudos históricos têm sugerido (Hunt, 1982) é que há uma estreita relação entre o advento de uma economia de mercado e a intensificação e refinamento das doutrinas individualistas, inclusive no campo religioso (para citar um exemplo apontado por Skinner<sup>(3)</sup>).

<sup>(3)</sup> Hunt (1982) apresenta com clareza a relação entre o individualismo da ética do protestantismo e os interesses da classe capitalista emergente nos séculos XVI e XVII.

Estas afirmações não contradizem a análise de Skinner com respeito à literatura da liberdade, mas complementam-na, no sentido de mostrar que aquela literatura não é "equivocada" no que prega, mas sim seletiva nos interesses que advoga.

Se pensarmos na questão da ciência psicológica, também associando-a à emergência de concepções individualistas, compreenderemos melhor os obstáculos a uma definição da Psicologia como *Ciência do Comportamento*. E possivelmente constataremos que não se trata simplesmente de problemas conceituais ou de atraso científico. Assim como a superação de uma visão de homem pode não depender simplesmente de uma produção científica, mas de uma ação política.

Observe-se que o problema histórico não está sendo levantado no sentido de afirmar que a Psicologia ou a Análise do Comportamento devam se converter em uma ciência histórica, mas no sentido de argumentar que alguns problemas pertinentes à Psicologia só podem ser plenamente compreendidos se resgatarmos suas raízes históricas. Isto é, pode não ser competência da Psicologia (enquanto ciência do comportamento) conduzir uma investigação histórica sobre os valores e interesses contidos na concepção de homem predominante em nossa cultura, mas ela não pode prescindir desta investigação sob pena de não compreender dimensões relevantes de alguns problemas com os quais terá necessariamente que lidar. Deste ponto de vista, as objeções de Skinner à história e à política precisam ser superadas (Andery, 1990).

### Referências Bibliográficas

- Andery, M.A.P.A. (1990). *Uma Tentativa de (Re)Construção do Mundo: A Ciência do Comportamento como Ferramenta de Intervenção*. Tese de Doutorado. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- Descartes, R. (1987). *Discurso do Método*. In: *Descartes I*. São Paulo: Nova Cultural, 4a. Edição, pp. 25-71. (Tradução do original francês de 1637).
- Duby, G. (1990). A Solidão nos Séculos XI-XIII. Em G. Duby (Org.) *História da Vida Privada - Volume 2*. São Paulo: Companhia das Letras, pp. 503-526.
- Damost, L. (1985). *O Individualismo: Uma Perspectiva Antropológica da Ideologia Moderna*. Rio de Janeiro: Rocco.
- Elias, N. (1990). *O Processo Civilizador: Uma História dos Costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Figueiredo, L.C.M. (1992). *A Invenção do Psicológico: Quatro Séculos de Subjetivação (1500-1900)*. São Paulo: Escuta/EDUC.
- Hunt, E.K. (1982). *História do Pensamento Econômico*. Rio de Janeiro: Campus.
- Sennett, R. (1989). *O Declínio do Homem Público*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Skinner, B.F. (1953). *Science and Human Behavior*. New York: The Free Press/London: Collier-MacMillan.



Skinner, B.F. (1971). *Beyond Freedom and Dignity*. New York: Alfred A. Knopf. **SKINNER?**

Skinner, B.F. (1974). *About Behaviorism*. New York: Alfred A. Knopf.

Skinner, B.F. (1987). Whatever happened to Psychology as the science of behavior? *American Psychologist*, 42(8), 780-786.

BEZEA MARIA DE AZEVEDO FERES SENEK<sup>(1)</sup>  
 Faculdade Universidade Católica de São Paulo

Uma antiga e bastante difundida crítica ao behaviorismo radical de Skinner refere-se à concepção de homem que cria-se aqui na esta perspectiva. Trata-se ser primeiramente com esta crítica que Skinner se preocupa em *About Behaviorism* (1974/1976)<sup>(2)</sup> e as diversas maneiras nas quais ela pode se manifestar são apresentadas na introdução deste livro. Em Richelle (1961) pode-se encontrar também uma interessante apresentação de manifestações desta crítica<sup>(3)</sup>.

Colocada em sua forma mais simples, esta crítica afirma que o homem não é visto como agente, como ser ativo, capaz de imprimir direção à sua ação, a sua vida. Isto é, que o homem não é visto como sujeito. Ao contrário, seria ele objeto do controle do ambiente, receptor de influências passivo, mero reflexo de determinações externas e alheias a ele. Como um corolário desta concepção, a sociedade, a comunidade humana e os grupos sociais teriam como características básicas a disciplina, a ordem, o controle, a previsibilidade. A resolução da vida social se resolveria na aplicação passiva de regras operatórias e punitivas.

É nosso objetivo, neste texto, destacar algumas afirmações de Skinner que indicam que, se se pretende manter a crítica, ele precisa, no mínimo, de maior fundamentação.

Sem fazer uma análise exaustiva dos textos de Skinner - é neste sentido que a exposição não se pretende conclusiva - indicaremos alguns aspectos do conteúdo skinneriano, não necessariamente novos ou recentes, que parecem se contrapor a esta crítica. Neste sentido, o texto pretende muito mais colocar elementos para a discussão da concepção de homem implícita no behaviorismo radical.

Como a crítica centra-se na imposição de que o homem é visto como objeto em contraposição a um homem sujeito, iniciaremos nossa análise considerando inicialmente alguns dos significados que o termo sujeito pode ter

<sup>(1)</sup> Mestre em Psicologia, Doutora em Ciências da Saúde e Teórica, Laboratório de Psicologia Experimental das Faculdades de Araras, São José do Rio Preto e São João del-Rei - SP - C13708/02.

<sup>(2)</sup> As referências dos textos de Skinner incluem, neste artigo, a lista original de publicação e a lista de referências, entendendo, quando a primeira não coincidir com a segunda.